Assembleia Ensino Superior

SINPRO-SP RELATA ATAQUES DAS

MANTENEDORAS AOS DIREITOS DOS PROFESSORES

Na assembleia virtual, realizada na quinta-feira, 27/03, o presidente do Sinpro-SP, o professor Celso Napolitano, relatou os ataques que os grandes grupos empresariais estão desferindo contra a categoria dos professores do Ensino Superior de São Paulo.

"Os grandes conglomerados da educação tentam subjugar as entidades sindicais, agindo com truculência, numa tentativa de desmontar a convenção coletiva de trabalho", disse o professor Celso.

O dirigente informou também que as mantenedoras tradicionais, como é o caso da PUC-SP, Mackenzie e PUC-Campinas se calam, não se posicionando contra os descalabros propostos pelos grupos empresariais. De uma maneira geral, o presidente do sindicato informou que na reunião de quarta-feira, 26/03, houve um pequeno avanço: as mantenedoras concordaram com a garantia da data-base para 28/02 e a manutenção da ultratividade (permanência da Convenção até novo acordo), até 30/04. Quanto às questões econômicas, enquanto os sindicatos docentes propunham 4,69% de reajuste (média inflacionária) e mais 2,5% de aumento real, os patrões querem pagar a inflação em duas parcelas (2,69% em março e 2% em agosto), sem nenhum nenhuma porcentagem de aumento real. Os sindicatos patronais também não concordam com o repasse de porcentagem de Participação nos Lucros e Re-

sultados, PLR, ou Abono (os docentes reivindicam 24%).

Ataque às cláusulas sociais

Mas é nas cláusulas sociais que se instaura o principal ataque das mantenedoras. As garantias de férias coletivas, plano de saúde, bolsas de estudo, garantia semestral de trabalho, hora-atividade, entre muitas outras estão em jogo (veja na página 2 algumas das ameaças propostas pelos patrões).

O presidente da APROPUC, João Batista Teixeira, relatou na assembleia sua perplexidade com o ataque perpetrado pelas mantenedoras e externou sua preocupação com a renovação do Acordo Interno da APROPUC, que expira em 30/04. O professor Celso informou que

a PUC-SP, que sempre esteve na vanguarda da defesa dos direitos de seus trabalhadores, tem uma representante permanente nas negociações, mas que não tem se manifestado diante das verdadeiras barbaridades propostas pelas grandes empresas do ensino.

Os professores presentes à assembleia ressaltaram a necessidade de mobilização e de uma maior divulgação da situação das negociações, em face dos riscos que a categoria corre neste ano. A próxima assembleia deverá ser convocada segundo o rito normal de preparação, para que a adoção de medidas mais profundas, como estado de greve, possam ser tomadas, caso haja necessidade.



Principais propostas para a negociação dos professores do ensino superior

Cláusulas Econômicas

Reivindicação docente: Reajuste pela média dos índices inflacionários de 4,67%, mais 2,5% de aumento real e Participação nos Lucros e Resultados de 24%.

Proposta patronal: Reajuste de 4,69% em duas parcelas sendo 2,69% em março e 2% em agosto; nenhum aumento real e 0% de PLR.

Cláusulas Sociais

Hora-atividade: Excepcionalmente este ano 5% (atualmente é 10%). A partir de 2026 passa a 0% porque os patrões entendem que a inteligência artificial hoje realiza todas as demandas antes atribuídas aos docentes;

Bolsas de estudo: Mantenedoras reduzem de duas para uma bolsa por professor e retiram o direito em cursos como Direito, Medicina, Enfermagem, Odontologia e Psicologia;

Plano de Saúde: A Assistência Médica será destinada exclusivamente aos professores que estiverem contratados até 1º de março de 2025. Sendo que a proposta patronal é a de que os novos professores perderão o direito ao plano de saúde, recebendo um subsídio de R\$ 100,00/mês.

Garantia Semestral de Trabalho: reduzida, passando a ser bimestral;

Homologação da Rescisão Contratual: a presença do sindicato só será obrigatória se a mantenedora concordar;

Garantia aos professores em vias de aposentadoria: Pela proposta das mantenedoras passa a vigir nos 30 dias subsequentes à aquisição do direito mediante apresentação de documento que ateste o tempo de serviço emitido pelo INSS;

Licença maternidade: Sindicatos pleiteavam 180 dias, prática adotada nas empresas cidadãs, mas as mantenedoras só concordam com o previsto em lei de 120 dias;

Controle de jornada de trabalho: Cláusula nova proposta pelas mantenedoras que poderá ser fiscalizada por meios eletrônicos ou pelo plano de ensino do professor;

Redução de carga horária por diminuição do número de alunos matriculados: Poderá ser feita até 30 dias depois do início das aulas. Hoje ela pode ser feita somente até duas semanas após o início do semestre;

Atestado Médico: Só serão aceitos aqueles que estiverem em conformidade com as normas do Conselho Federal de Medicina:

Férias Coletivas: Até hoje eram gozadas obrigatoriamente em julho. As mantenedoras propõem que sejam estabelecidas preferencialmente em julho, a critério das escolas. No Acordo Interno da PUC-SP, as férias são gozadas em dezembro e janeiro, ficando estabelecido o recesso de 15 dias em julho;

Recesso escolar: Os patrões propõem que não seja aplicado aos docentes que mantenham funções administrativas;

Ensalamento: As mantenedoras não concordam com cláusulas que proíbam o chamado ensalamento.

Vale refeição e vale-alimentação: Mantenedoras não concordam com a concessão dos benefícios.

Professores do Sesi entram em greve a partir de 31/03

Em assembleia realizada no dia 22/03, os professores do Sesi rejeitaram a proposta patronal e decidiram pela greve a partir de 31/03, por ampla maioria. A decisão foi tomada depois de 10 rodadas de nego-

ciação, iniciadas em dezembro de 2024, sem nenhum avanço, e com ameaças de cortes de direitos pelos patrões.

Para Celso Napolitano, presidente do Sinpro-SP, "Há um verdadeiro ataque e desrespei-

to aos direitos conquistados pelos docentes do 'Sistema S' ao longo de décadas. E é claro que os professores do Sesi não aceitarão isso, e a deliberação de greve é apenas uma das ações discutidas como estraté-

gia de resposta e mobilização, ainda que importantíssima como forma de resistência da categoria."

A decisão deve ser ratificada em nova assembleia da categoria.

CVIVE. Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo
Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos
Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischtordt, Regina Gadelha

e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Consun de março aprecia Balanço/2024 da PUC-SP

Na sessão ordinária de março, o Conselho Universitário deteve-se, na maior parte de seu tempo, na apreciação do Balanço da PUC-SP do ano de 2024. Estatutariamente, o Consun não pode modificar o Orçamento e o Balanço, mas simplesmente tomar ciência dos documentos elaborados pela Fundasp.

Na peça apresentada pela Controladoria, constata-se um superávit de R\$ 33 milhões, ou seja, 5,7% superior a 2023. Apesar da boa notícia, o Balanço apresentou números preocupantes em suas rubricas, por exemplo, o montante gasto com indenizações trabalhistas foi de

pouco mais de R\$ 5 milhões, bem abaixo do valor previsto no orçamento, rebaixado em função do contingenciamento de verbas anunciado Fundasp, justificado pela pelo secretário-executivo, padre Rodolpho Perazzolo como necessário para cobrir os valores decorrentes do reajuste salarial dos docentes. Os conselheiros questionaram essa dotação, uma vez que a fila para demissões, o chamado limbo, continua aumentando, chegando a ameaçar o funcionamento de vários cursos.

Da mesma forma o montante destinado à pesquisa permaneceu em irrisórios R\$ 552.000, menos de 0,10% da receita, o que faz com que a universidade tenha uma posição de pouco destaque no item pesquisa entre as instituições de ensino superior, notadamente em rankings como o RUF.

As despesas com pessoal representaram 1,78% a mais do que o Balanço anterior; mas, por outro lado, as receitas foram 9,19% superiores às apresentadas pelo balanço de 2023. Segundo a Fundasp, houve redução pouco significativa no número de alunos matriculados.

Os conselheiros aprovaram também, por unanimidade, o título de professor emérito I a Ivo Assad Ibri, o docente da Faficla, cuja data de entrega será definida depois da tramitação total do projeto. Também foi aprovada por unanimidade a proposta de Atualização do Regulamento do Programa de Pós Graduação em Direito. O reitor, professor Vidal Serrano, anunciou as datas de entrega das comendas aprovadas nas últimas reuniões do Conselho. A ex-prefeita Luiza Erundina será condecorada com o título de Doutora Honoris Causa no dia 11/04, às 9h30. Já o professor Wagner Balera será condecorado dia 26/05, às 9h30, ambas as cerimônias no Tucarena.

Inscrições de chapa para eleições da AFAPUC abrem em 01/04

A partir de 01/04, terça-feira, até 07/04 estarão abertas as inscrições de chapas para a eleição à diretoria e Conselho Fiscal da AFAPUC, biênio 2025/27. As inscrições das chapas serão realizadas pelo e-mail comissaoeleitoralafapuc@gmail.com, mediante o preenchimento de requerimento próprio, fornecido pela Comissão Eleitoral, com as informações e assinatura de todos os candidatos da chapa, e subscrito por 25 (vinte e cinco) associados quites com suas obrigações sociais.

A chapa para a diretoria será composta de 6 membros, Presidente, Vice-Presidente, 1° Secretário, 2° Secretário, 1° Tesoureiro, 2° Tesoureiro. O Conselho Fiscal da AFA- PUC será constituído por 3 titulares e 3 suplentes, presidido pelo funcionário mais idoso entre os eleitos e, se os três forem de mesma idade,

o mais antigo no exercício do cargo de funcionário da Fundação São Paulo. A eleição acontecerá entre os dias 24 e 28/04 em todos os campi da universidade de forma on-line. O link para votação será disponibilizado aos associados pelo e-mail cadastrado na AFAPUC.



Fundasp notificada pelo fechamento do Programa San Tiago Dantas

Os deputados federais Guilherme Boulos e Professora Luciene Cavalcante e a deputada estadual Ediane Maria do Nascimento, todos do PSOL, enviaram oficio à Fundasp e à reitoria, com cópia à Promotoria de Justiça das Fundações, manifestando profunda preocupação com a informação de que a Fundação São Paulo decidiu encerrar o convênio do programa de pósgraduação San Tiago Dantas. Os deputados solicitam que a decisão seja revista regularizando a situação salarial dos professores e acadêmica dos alunos afetados.

É solicitado também um posicionamento da Reitoria da PUC-SP, bem como um acompanhamento da Curadoria de Fundações do MP-SP. Também no âmbito municipal, a vereadora Luna Zarattini, do PT, notificou, na terça-feira, 25/03, a Fundasp e a Reitoria da PUC-SP sobre o fechamento do Convênio da PUC-SP com Unesp e Unicamp no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

Em ofício dirigido ao secretá-

rio-executivo da Fundasp e ao reitor Vidal Serrano, a vereadora afirma que " A decisão tomada chocou não apenas os professores, como estudantes de pós-graduação vinculados a ambas às instituições; os estudantes de graduação em Relações Internacionais (RI) da PUC-SP; e toda a comunidade acadêmica e externa (...) Servimo-nos do presente para manifestar profunda preocupação com a informação de que a Fundação São Paulo, mantenedora da PUC-SP decidiu retirar do convênio da Faculdade com o Programa, conhecida por sua história de luta pela democracia e os direitos humanos, bem como por uma educação crítica e emancipatória. Muito embora seja uma fundação de direito privado, a Fundação São Paulo é de utilidade pública e filantrópica e, portanto, desempenha papel importante em sociedades tão desiguais como a nossa".

A vereadora solicita no ofício que a Fundasp reconsidere a decisão, bem como exige que a Curadoria de Fundações interceda no sentido de que o curso seja retomado.

Professores da rede estadual anunciam greve

Os professores da rede estadual de ensino decidiram pela greve da categoria, a partir de 25/04. A decisão da categoria, foi tomada em uma grande assembleia, que contou com mais de 5000 pessoas, na Praça da República, dia 21/03.

Os professores reivindicam reajuste salarial de 6,7% e descongelamento do reajuste de 10,15%, garantido por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2017, mas ainda não concedido pelo governo estadual, climatização das sa-

las de aula como resposta ao aumento de episódios de calor, contratação de mais professores, entre outras pautas. Para a deputada estadual Professora Bebel (PT-SP), que também é a segunda presidenta da Apeoesp "A realidade em sala de aula é insustentável. O governo desrespeita o piso salarial, fecha salas de aula, não contrata os professores que passaram no concurso e desperdiça recursos públicos com contratações temporárias.".



Na Prainha estudantes protestam contra pichações nos banheiros da PUC-SP

Ato repudia pichações arabofóbicas na PUC-SP

Na quarta-feira, 26/04, na Prainha, aconteceu um ato contra pichações arabofóbicos que ocorreram na universidade. O protesto contou com a participação de estudantes, professores e representantes de frentes estudantis, que marcharam até o Pátio da Cruz.

Recentemente, o banheiro da PUC-SP foi pichado com dizeres preconceituosos direcionados ao povo palestino. A universidade não tomou medidas adequadas, somente pintaram as paredes para cobrir as pichações. O professor Reginaldo Nasser, que é de origem árabe e docente do departamento de RI, também denunciou o ataque em suas redes sociais. Durante o ato, os alunos redigiram um e-mail ao Padre Rodolfo, onde cobram um posicionamento claro, medidas cabíveis e um encontro entre a Fundasp e reitoria com as pessoas que sofrem com o racismo, para que possam buscar soluções eficazes.

